

POLÍTICA DE INDICAÇÕES

UNIDADE ORGANIZACIONAL RESPONSÁVEL

ELABORAÇÃO	SOLICITAÇÃO	APROVAÇÃO
DIREX	CAD	AGE
DATA DE EMISSÃO	DATA DE APROVAÇÃO	REVISÃO
05.04.2019	08.04.2019	00



POLÍTICA DE INDICAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA EXECUTIVA E COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. ATA DE APROVAÇÃO

A presente Política foi aprovada na 89ª Assembleia Geral Extraordinária da PBGÁS, realizada em 08 de abril de 2019.

2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Aplica-se aos membros do **Conselho Fiscal**, do **Conselho de Administração**, da **Diretoria Executiva** e do **Comitê de Auditoria Estatutário**.

3. OBJETIVOS

3.1. Estabelecer os requisitos e os impedimentos para indicação de membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário, atendendo os princípios e diretrizes nela descritos, visando a melhoria constante da performance da PBGÁS para seus Acionistas, a geração de valor e a perenidade.

3.2. As indicações deverão observar a legislação vigente, o Estatuto Social da Companhia e os critérios estabelecidos nesta Política.

3.3. O Comitê Estatutário de Elegibilidade prestará auxílio aos órgãos competentes para verificação do preenchimento dos requisitos e ausência de vedações nas indicações dos membros do **Conselho Fiscal**, do **Conselho de Administração**, da **Diretoria Executiva** e do **Comitê de Auditoria Estatutário**, na forma de seu Regimento Interno, que contém o procedimento específico para a verificação.

4. CONCEITOS

Para fins desta Política, são considerados os seguintes conceitos:

Administradores: membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Agentes de governança - indivíduos e órgãos envolvidos no sistema de governança

Comitê de Auditoria Estatutário ou CAE: é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para auxiliá-lo no controle sobre a qualidade de demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e

integridade das informações, para proteger a empresa e todas as partes interessadas.

Conselheiro: integrante do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração: é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão da empresa em relação ao seu direcionamento estratégico. O conselho exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da empresa.

Conselho Fiscal: é parte integrante do sistema de governança da empresa, sendo atuando de forma permanente, conforme disposto no Estatuto Social, representando um mecanismo de fiscalização independente dos atos dos administradores para reporte aos sócios, instalado por decisão da Assembleia Geral, cujo objetivo é preservar o valor da PBGÁS.

Diretoria: é o órgão de implementação da estratégia e das diretrizes emanadas pelo Conselho de Administração, sendo responsável pela gestão da empresa, fazendo com que a mesma cumpra seu objetivo e sua função social.

Empresa estatal: entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja maioria do capital votante pertença direta ou indiretamente ao Estado.

Estatuto social: conjunto de normas, acordada pelos sócios, que regulamentam a organização e o funcionamento de uma pessoa jurídica.

Órgãos de Administração: são considerados órgãos de administração o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

5. PRINCÍPIOS

Para a presente Política, devem ser considerados os seguintes princípios básicos:

Foco no Resultado: capacidade do indicado de priorizar e estabelecer estratégias para a realização com alta performance do objeto da Companhia, buscando maximizar o valor, gerar lucro, distribuir dividendos e manter sua sustentabilidade econômico-financeira.

Diligência: capacidade em se relacionar com a empresa que representa no órgão de direção, buscando diretrizes e relatando tempestivamente o andamento da companhia quanto aos indicadores relevantes para sua sustentabilidade e manutenção dos retornos esperados.

Transparência: desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não se deve restringir ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores para garantia da conformidade.



Equidade: tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Prestação de contas (*accountability*): os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

Responsabilidade corporativa: os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais no curto, médio e longo prazo.

Independência: o representante deverá agir com o máximo de independência, defendendo os negócios da Companhia, no melhor dos interesses da sua sustentabilidade, desenvolvimento e geração de valor.

6. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS

6.1. Os requisitos para os membros do **Conselho de Administração** e da **Diretoria Executiva** são, cumulativamente:

6.1.1. ser cidadão de reputação ilibada e conhecimento notório; e

6.1.2. ter experiência profissional de, no mínimo 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da companhia ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos: a) cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da companhia, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da companhia; b) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; c) cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da companhia; d) experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da companhia.

6.1.3. formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado;

6.1.4. não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010, transcritas abaixo:



“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

3. contra o meio ambiente e a saúde pública;

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;



7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
8. de redução à condição análoga à de escravo;
9. contra a vida e a dignidade sexual; e
10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;
- g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;
- h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;
- i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;
- j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;
- k) o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras



Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

m) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

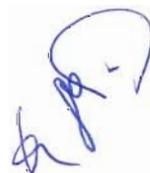
n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22;

q) os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos”.

6.2. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:



- a) Representantes do órgão regulador ao qual a companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública sem vínculo permanente com o serviço público, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo (e seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas);
- b) Pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- c) Pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- d) Pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;
- e) Pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia.

6.3. Os requisitos do item 6.1.2. acima poderão ser dispensados para o caso de indicação de **empregado para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou Comitê**, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

6.3.1. o empregado tenha ingressado na companhia por meio de concurso público;

6.3.2. o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na companhia;

6.3.3. o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da empresa pública ou da sociedade de economia mista, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos estipulados no caput do item 6.3

6.4. Os **membros independentes do Conselho de Administração** caracterizam-se por:

6.4.1. não ter qualquer vínculo com a companhia, exceto participação de capital;

6.4.2. não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da companhia;

6.4.3. não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a companhia ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;

6.4.4. não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária da companhia, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;



- 6.4.5. não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da companhia, de modo a implicar perda de independência;
- 6.4.6. não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à companhia, de modo a implicar perda de independência;
- 6.4.7. não receber outra remuneração da companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.

6.5. Podem ser membros do **Conselho Fiscal** pessoas naturais, residentes no Brasil, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

6.6. O Conselho Fiscal contará com, pelo menos, 02 (dois) membros indicados pelo Acionista Majoritário, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública.

6.7. Não podem ser eleitos para o **Conselho Fiscal** membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

6.8. Também são inelegíveis para o **Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**:

6.8.1. as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

6.8.2. aquele que ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;

6.8.3. aquele que tiver interesse conflitante com a companhia.

6.9. Os requisitos para integrar o **Comitê de Auditoria Estatutário** são:

6.9.1. não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da companhia ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na companhia;

6.9.2. não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no item 6.9.1;



6.9.3. não receber qualquer outro tipo de remuneração da companhia ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;

6.9.4. não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da companhia, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

6.10. Ao menos 02 (dois) membros do **Comitê de Auditoria Estatutário** deverão observar os requisitos de independência do item 6.4. desta Política e ao menos 1 (um) deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

